

“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO”

PRESIDENTE PRUDENTE

10.10.03

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Senhoras e senhores, muito bom-dia, sejam todos bem vindos no auditório da UNESP para esta 4ª Reunião Regional do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, uma iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em parceria com o CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima.

Para compormos a Mesa, temos o prazer e a satisfação de convidar o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (Palmas.)

Convidamos o Sr. Carlos Henrique de Araújo, Secretário Municipal de Desenvolvimento de Presidente Prudente, representando aqui o Prefeito Agripino Lima (Palmas.); o Sr. José Roberto Pinheiro Nunes, Prefeito do Município de João Ramalho, Presidente do Unipontal (Palmas.); o Exmo. Sr. Mauro Bragato, ex-Prefeito do Município de Presidente Prudente, ex-Deputado da Assembléia Legislativa e atual Secretário Adjunto da Habitação do Governo de São Paulo (Palmas.); Exmo. Sr. Ernesto Vega Senise, Secretário-adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, representando aqui a Sra. Secretária Maria Helena de Campos (Palmas.); o nobre Deputado Silvio Torres, Presidente do CEPAM (Palmas.); o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, Secretário Executivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. (Palmas.)

Queremos registrar e agradecer as presenças da Sra. Mila Beraldo, esposa do Presidente da Assembléia, nobre Deputado Sidney Beraldo; do Sr. Eliseu Visconti, representando o nobre Deputado Federal Paulo Lima; do Sr. Carlos Siqueira Ribeiro,

Prefeito do Município de Mirante do Paranapanema; do Prefeito Valter Luis Martins, de Oswaldo Cruz; do Sr. Valter Marelli, Diretor Administrativo da Prefeitura de Rosana, representando o Sr. Prefeito Álvaro Augusto Rodrigues; do Sr. Divaldo Pereira de Oliveira, Prefeito do Município de Sandovalina; do Sr. Israel de Almeida Oliveira vice-Prefeito de Piquerubi, representando o Prefeito Werter Beérgamo; do Sr. Paulo Alves Pires, Prefeito do Município de Teodoro Sampaio; também do vice-Prefeito José Infante Gutierrez; do Sr. Osvaldo Ferreira Melo, Prefeito do Município de Presidente Venceslau; do Sr. Marco Antonio da Rocha, Prefeito no Município de Presidente Feijó; do Sr. Waldermar Calvo, Prefeito do Município de Tarabaí; do Vereador Claudinei de Melo, Prefeito de Pirapozinho; do Sr. Danilo Manoel Pinto, representando o Prefeito de Santo Anastácio, Sr. Reinaldo Jerônimo Peres; do Sr. Agostinho Silvio Caliman, Secretário da Indústria e Comércio do Município de Oswaldo Cruz; da Sra. Regiane Ferreira, a Assistência Social de Martinópolis; da Sra. Regina Célia Venturini, representando a Sra. Lígia Mercedes de Oliveira Lima, Secretária Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente; do Vereador José Felipe Filho, Presidente da Câmara Municipal de Santo Anastácio; do Sr. Manoel Júnior, Vereador de Presidente Prudente; do Vereador José Bento Ramalho, Presidente da Câmara de Tarabaí; do Vereador Nelson Silva, Presidente da Câmara de Oswaldo Cruz; do Sr. Frank Celestino Oliveira, Vereador de Presidente Epitácio; do Vereador Mauro Sansão Lopes, do Município de Indiana; do Vereador José Rocha Sobrinho, de Presidente Prudente; do Vereador Telmo de Moraes Guerra de Presidente Prudente; do Vereador e Pastor Nunes, também de Presidente Prudente; do Sr. José Afonso Carrizo de Andrade, Assessor-Chefe de Relações Externas da UNESP representando aqui o magnífico Reitor Prof. José Carlos de Souza Trindade; do Sr. Neri Alves, Diretor da Faculdade de Ciências da Faculdade de Tecnologia da UNESP; do Sr. João Fernando Custódio da Silva, vice-Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia também da UNESP; do Sr. Zenildo Teixeira de Andrade, representando o Dr. Milton Flávio, Superintendente do IAMSPE; do Sr. Ivan Sobral de Oliveira Superintendente Regional da Sabesp; do Sr. Francelino de Souza Magalhães, Diretor do CIESP, representando o Sr. Horácio Lafer Piva, Presidente da FIESP e do CIESP; da Sra. Helena Carolina Marrei Naorrads, dirigente regional de ensino de Presidente Prudente; do Sr. Vitalino Crellis, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, também de Presidente Prudente; do engenheiro agrônomo José

César Zocal, Gerente Regional do Centro de Negócios da Codasp, representando aqui o seu Diretor-Presidente Sr. Valter Roberto Martins de Almeida; do Sr. Fernando Antonio Nunes Carvalho, Diretor do CATI Regional de Presidente Prudente, representando o Secretário Duarte Nogueira, Secretário da Agricultura; do Sr. Osvaldo Santos de Carvalho, Delegado Regional Tributário de Presidente Prudente; do Sr. Gilson Carlos Bicudo, Supervisor Regional da DPRN da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; do Sr. Marcos Brambila, Presidente do Diretório do PSDB de Pirapozinho; do Sr. Roberto Ferron, vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema; do Sr. Arnaldo Gondino, Delegado Seccional de Polícia de Presidente Prudente; da Sra. Sandra Nogueira, Presidente da Vila da Fraternidade e também do Sr. Orlando Fagotti, representando o Deputado Estadual Rodolfo Costa e Silva; do Sr. Clóvis Alencar, Diretor Regional do CATI de Presidente Venceslau, além dos departamentos e das divisões da Assembléia Legislativa, representados aqui pela Sra. Íris, da Procuradoria da Assembléia; da Sra. Maria Helena Alves Ferreira, Diretora do DDI; do Sr. Paulo Roberto Weffort de Oliveira, representando o Departamento de Comissões; da Sra. Rosana Martins, da 2ª Secretaria; do Sr. José Cavalli, da 1ª Secretaria; do Sr. Carlos Nunes, representando Instituto do Legislativo Paulista e também representantes da Imprensa, da Comunicação Social e do Cerimonial, todos da Assembléia Legislativa de São Paulo.

A todos muito obrigado pelas presenças. No decorrer desse seminário iremos citando os demais representantes.

Passo, então, a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente do Fórum, nobre Deputado Sidney Beraldo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos os prefeitos, vereadores, representantes de todas as entidades aqui da região de Presidente Prudente; quero agradecer a presença do Carlos Henrique Araújo, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente, que representa o Prefeito Pinheiro, o Presidente da Unipontal que representa todos os Prefeitos daqui da região, Mauro Bragato, deputado e hoje Secretário-adjunto da Habitação; o Ernesto que é o Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social; do nobre Deputado Silvio Torres, Presidente do CEPAM, dizer da minha satisfação de estar

aqui hoje, para que possamos promover esta reunião, do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Nós, na Assembléia Legislativa, entendemos que sem desenvolvimento econômico sustentado, que leve em conta a questão de meio ambiente e a questão de emprego, de renda, para que possamos promover uma redistribuição melhor das nossas riquezas, não estaremos em condições de enfrentar os graves problemas sociais que o país vive. Entendemos que o desenvolvimento econômico que desejamos passa necessariamente por uma mudança na questão macroeconômica, que ainda não foi possível ser construída, com redução de taxas de juros com linhas de crédito mais adequadas, de longo prazo, com ambiente mais favorável do ponto de vista da carga tributária, exonerando o setor produtivo, passa pela desburocratização que hoje temos uma dificuldade enorme para montarmos o nosso próprio negócio. Aliás, não só para montar, até para fechar uma empresa hoje é uma dificuldade enorme, porque temos uma burocracia que gera custos adicionais, tirando a competitividade das empresas.

Então, temos um caminho longo a trilhar para que realmente possamos ter um desenvolvimento econômico sustentado, com distribuição de renda e com competitividade. Quer dizer: hoje as competitividades interna e externa do país estão muito prejudicada. Mas, de certa forma hoje já se tem consciência disso e estamos avançando. As reformas estão sendo feitas, existe uma consciência da necessidade da alteração deste conjunto legal que trás dificuldades hoje para o desenvolvimento, e entendemos que muita coisa pode ser feita a nível de Estado, com a Assembléia Legislativa em parceria com o setor produtivo e em parceria com o governo de Estado.

Enfim, é a idéia do Fórum que é importante. Esse Fórum não será um Fórum apenas para promover algumas reuniões e fazer diagnósticos. Será um Fórum permanente que foi aprovado por lei na Casa, por unanimidade. Temos hoje 14 partidos na Casa e todos votaram favorável à criação desse Fórum, de forma que pudéssemos trazer para dentro da Assembléia e colocarmos como uma prioridade na nossa agenda de forma permanente a questão de desenvolvimento econômico.

Em primeiro, queremos fazer uma relação muito estreita com todas as entidades que representam as CATIs produtivas, que é aquilo que precisamos hoje cada vez mais. Analisaremos as CATIs produtivas no setor do agronegócio, desde a qualidade da semente,

até a embalagem que será produzida para que esse produto chegue na gôndola do supermercado em condições de ser adquirido.

Então, toda essa CATI, especialmente aqui na região do Pontal, onde o agronegócio, a agropecuária é muito forte, precisamos analisar toda esta CATI produtiva do setor têxtil, do setor do calçado, do setor sucroalcooleiro, da citrocultura enfim, uma interface permanente com todas essas CATIs produtivas.

A outra questão, é isto que estamos fazendo aqui hoje: levar em conta as vocações regionais. Cada região tem as suas peculiaridades, tem o seu potencial e ao mesmo tempo tem as suas dificuldades, tem os seus gargalos, tem dificuldades que trazem uma forma de não promover o desenvolvimento, ou quando o promove não leva em conta a questão da geração de emprego, não leva em conta a questão da distribuição de renda, não leva em conta a questão do meio ambiente, que é importante. Por isso que o nosso Fórum é o Fórum de desenvolvimento sustentado. Então, a melhor forma é promover essas reuniões. Foi esse o entendimento que tivemos, trazer a Assembléia Legislativa para as quinze regiões do Estado, e trabalhando com as representações regionais pudéssemos juntos ir construindo um projeto de desenvolvimento. Para isso procuramos também estabelecer algumas parcerias, para que pudéssemos reunir capacidade técnica para que a gente não ficasse só no diagnóstico, porque isso já temos.

Se conversarmos com cada CATI produtiva, que tem os seus representantes, sindicatos, todos já têm esses diagnósticos. Não queremos inventar a roda e perder tempo discutindo isso. Queremos essa parceria para já entrarmos num processo de ação, as ações que podem ser desenvolvidas. Para isso fizemos uma parceria com o CEPAM, que é a Fundação Faria Lima, que está nos auxiliando na mobilização, identificando todas as representações que temos em cada região, fizemos uma parceria com o NESUR que é o núcleo de estudos sociais urbanos e regionais no instituto de economia da UNICAMP, onde já tem um corpo técnico que já há algum tempo vem discutindo esta razão dos arranjos regionais, a questão do desenvolvimento regional, já tem um conjunto de informações, inteligência acumulada, fizemos uma parceria com a UNICAMP que estará fazendo aqui a apresentação para os senhores das ações. Temos um questionário. Insisto para que esse questionário seja respondido porque é importante para nós, vai dar subsídios para que possamos promover esse relatório e, através dele, estabelecermos uma agenda de ações que

serão priorizadas pelo Fórum, levando em conta informações técnicas e do ponto de vista político. Com base nessa agenda, que será produzida em conjunto, estaremos promovendo ações concretas.

Como disse, não temos a pretensão de dizer que estamos aqui e vamos resolver todos os problemas, mas que possamos identificá-los e, conjuntamente, priorizá-los. Por isso, a importância da Assembléia, que tem 94 deputados, representantes de todas as regiões do Estado, e tem 14 partidos diferentes, das mais diversas ideologias. Só o fato deste Fórum ter sido aprovado por unanimidade, por todos os partidos, dá uma legitimidade. Assim, a agenda que for produzida em parceria com os senhores terá uma força política, junto ao governo do Estado, ao governo federal e a todas as entidades. Teremos uma legitimidade muito maior pelo fato de estarmos construindo essa agenda através da Assembléia Legislativa, em conjunto com a sociedade.

Além da questão do fórum e desse questionário, que insisto para que seja preenchido, estaremos apresentando o IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, que é uma parceria feita entre a Assembléia Legislativa e o SEADE, resultado de um fórum feito no passado, de forma que produzíssemos um índice que medisse a qualidade de vida dos 645 municípios do Estado de São Paulo, seguindo o modelo do IDH, que leva em conta a riqueza, a longevidade e a escolaridade. São os três pilares do IDH. Só que procuramos estabelecer outras variáveis que pudessem dar uma consistência melhor a esse índice. Por exemplo, na questão da riqueza, o IDH leva em conta só a renda “per capita”. Achamos que isso não mede, realmente, a questão da riqueza. O Índice Paulista de Responsabilidade Social leva em conta o consumo de energia elétrica per capita de cada município; o consumo de energia elétrica dos setores primário, secundário e terciário; o valor adicionado de cada município que, na verdade, é um pouco do PIB que cada município produz – fazemos isso de forma per capita, dividindo por município – enfim, um conjunto de variáveis na área da longevidade.

Levamos em conta não só a expectativa de vida, que é a mortalidade acima de 60 anos, como também o Índice de Mortalidade Infantil, que é um termômetro importante para medir a qualidade da saúde e do saneamento do município; levamos em conta a mortalidade perinatal, a presença da criança na escola no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Enfim, um conjunto de variáveis que nos permite a identificação de como anda a questão de

desenvolvimento econômico e os índices sociais de cada município do Estado de São Paulo.

Trabalhamos junto com o SEADE e solicitamos que fizesse uma apresentação deste “ranking”, município por município, que fizesse uma apresentação por região, comparando-as, e que divulgasse um livro, que todos receberam. Hoje, estamos discutindo a região de Presidente Prudente. Sem dúvida, entendemos que isso passa a ser uma ferramenta importante de gestão. Cada vez mais, a administração pública tem que se profissionalizar, tem que se capacitar para aplicar bem o dinheiro público. O dinheiro que vem dos impostos que a população paga precisa ser bem investido, e nada melhor do que conhecendo a nossa realidade. Como é que se administra uma empresa? Existem diversos relógios: balanço, taxa de retorno, se deu lucro, se não deu lucro, se gerou ativo, se não gerou ativo. Da mesma forma, a gestão pública também tem que ter os seus índices. E, o importante é que o IPRS é diferente do IDH, que é produzido a cada dez anos. O IPRS tem uma periodicidade de dois anos. No ano que vem estaremos preparando o novo índice para que o prefeito possa acompanhar se as ações desenvolvidas pela prefeitura, pelo governo do Estado e pelo governo federal estão, efetivamente, melhorando a qualidade de vida do município.

O terceiro ponto, que também aproveitamos para promover nesta discussão: estará sendo feita uma apresentação do PPA, Plano Plurianual de Ação. Hoje, existe uma legislação que obriga o governo a apresentar um plano de investimentos para quatro anos. O Governador Geraldo Alckmin encaminhou o PPA para a Assembléia, que tem que discuti-lo até o final do ano. Esse plano prevê 215 programas, distribuídos em cinco vertentes, e 1.365 ações, em que se prevê investimentos de 30 bilhões de Reais. Trinta bilhões de Reais serão investidos pelo Estado, de 2004 a 2007.

São recursos advindos do orçamento, de parcerias com o setor privado, de concessionárias, de empresas públicas, enfim, desse ‘mix’ teremos 30 bilhões de Reais de investimentos.

Faremos uma apresentação, rapidamente, porque não daria para fazê-la de uma forma mais descentralizada, já que esses programas não estão regionalizados. Os programas estão centralizados, mas procurou-se identificar os programas que podem ser desenvolvidos na região. Recolheremos sugestões porque se o Fórum e os Deputados, junto com os

senhores, entenderem que temos que fazer alteração no PPA, estaremos propondo emendas para alterar os investimentos que estão sendo previstos.

Pelo que verificamos, a região tem um potencial enorme de desenvolvimento no setor agropecuário. Precisamos agregar valor a esses produtos que são desenvolvidos aqui. Em conversa que tivemos ontem, o Bragato fez uma observação: cada prefeito tem que ser, cada vez mais, um empreendedor, ou seja, levar o desenvolvimento para o seu município.

A região de Presidente Prudente é a segunda menos desenvolvida do Estado. Temos a região de Registro e depois a região de Presidente Prudente, em valor agregado. Embora registre um baixo desenvolvimento econômico, nos últimos três anos houve uma estabilidade e os índices sociais estão acima da média do Estado. Então, esse é um ponto muito positivo. Mesmo uma região que tem um baixo índice de riqueza, de valor agregado e de valor adicionado tem uma boa qualidade de vida: o Índice de Mortalidade Infantil e o Índice Perinatal foram reduzidos, tem mais criança na escola.

Portanto, o que verificamos? Existem políticas públicas que estão sendo desenvolvidas e dando resultados. É uma boa notícia. Ontem, conversei com um superintendente da Sabesp e ele me informou que a empresa investiu muito em saneamento básico nessa região, em que a maioria dos municípios tem a concessão da Sabesp. E, sem dúvida, saneamento e mortalidade infantil sempre caminham juntos. Quando o município tem uma boa infraestrutura de saneamento sempre tem um índice de mortalidade baixo. Enfim, isso tudo será objeto da nossa discussão aqui.

Quero encerrar, agradecendo muito a presença dos senhores, e dizer que estamos aqui para discutir desenvolvimento econômico, fazer a apresentação do IPRS e também discutir o PPA, que tem previstos investimentos de mais de 30 bilhões de reais para os próximos quatro anos.

Muito obrigado e um bom trabalho a todos! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROSTSCHILD –
Queremos registrar e agradecer as presenças do Prefeito do Município de Sagres, Sr. Brandio Pereira Filho; do Sr. Roberto Cardia, Vereador do Município de Rosana; do Sr. Marcos Campanhone, Diretor Presidente da Emplasa; da Sra. Rosa Yaeko Matsukawa, Diretora Regional do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Regional de Presidente

Prudente; e do Sr. José Carlos Cavalcante, Gerente Regional do Sebrae, representando o seu Superintendente, Dr. José Luís Ricca.

Passamos a palavra ao Sr. Antônio Carlos Oliveira, Secretário Executivo do Fórum Legislativo, para a apresentação da dinâmica do Fórum.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Muito bom-dia a todos! Rapidamente, vou explicar como vamos trabalhar durante esta manhã, no desenvolvimento dos trabalhos da 4ª Reunião do Fórum Legislativo.

O Sr. Presidente fez a abertura e, em seguida, teremos a apresentação, como o Presidente adiantou, do Professor Zimmermann, do IPRS. Ele terá um tempo para fazer essa explanação aos senhores, enfocando, principalmente, aquilo que diz respeito a esta região. Em seguida, o Presidente dará a palavra a algumas autoridades. Depois, teremos a manifestação de representantes de alguns segmentos produtivos da região e, na seqüência, abriremos a palavra a todos. Finalmente, teremos o encerramento, por volta das treze horas.

Gostaria de reforçar alguma coisa que o Presidente falou em relação a essas fichas. Os senhores receberam três fichas. Esta aqui deve ser utilizada para perguntas. As perguntas, na medida do possível, devem ater-se ao tema do Fórum. Isso não quer dizer que, eventualmente, alguém não possa usar essa ficha para fazer alguma pergunta que não seja do tema. A única coisa é que as perguntas que não forem relativas ao tema, vamos respondê-las posteriormente, encaminhando-as às comissões na Assembléia Legislativa. Quanto às perguntas com relação ao Fórum, vamos respondê-las na medida do possível. Temos pessoas aqui, à disposição, e na medida em que forem fazendo as perguntas, essas pessoas irão recolher as fichas.

Vou pedir uma gentileza. Ao preencherem essa ficha, tomem certo cuidado com nome e endereço – coloquem o endereço completo, inclusive com a cidade – porque se as perguntas não forem respondidas aqui, o serão por outros meios. Quem tiver e-mail, é bom que informe.

Esses outros dois questionários, como o Sr. Presidente disse, são extremamente importantes e peço para que sejam preenchidos e devolvidos, para que possamos ter os registros, fazer os resumos e os trabalhos posteriores a esta reunião.

Gostaria de pedir àqueles que se utilizarem da palavra para que obedçam o tempo. Estamos um pouco atrasados e não queremos nos estender muito. Assim, peço a gentileza de que aqueles que se utilizarem do microfone, o façam da maneira mais breve, objetiva e rápida possível.

Nossa reunião deve ser uma reunião de trabalho, encerrada pelo Sr. Presidente que fez a abertura oficial. Faremos uma reunião de trabalho e pedimos a todos a participação. Já conversei com algumas pessoas, para se colocarem, para se manifestarem. E, vou pedir, em determinado momento, que essas pessoas se manifestem.

Gostaria de insistir que as perguntas e as intervenções atenham-se ao tema. O nobre Deputado Sidney Beraldo falou de financiamento, crédito, desburocratização, competitividade, atividade econômica, dificuldade de desenvolvimento, promoção de desenvolvimento regional, enfim. É sobre todas essas abordagens que ele fez que gostaríamos de receber sugestões, críticas, perguntas, intervenções.

Bom trabalho a todos!

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Vamos pedir aos ilustres membros da Mesa que se acomodem nas primeiras fileiras. Convidamos o Sr. Professor Gustavo Zimmermann, do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp, para a sua apresentação diagnóstica.

Esta apresentação sobre o desenvolvimento regional sustentado do Prof. Zimmermann deverá ter a duração aproximada de 30 a 35 minutos.

* * *

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – ... sobre o desenvolvimento de um modo geral, particularmente sobre o desenvolvimento econômico, que é o objetivo, como explicitado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, para esta reunião.

Quero chamar atenção que, em que pese ser professor, apesar de ser da universidade, isso não é uma aula. Em primeiro lugar porque, como professor, sabemos

que, de repente, o professor aprende com os alunos. Ele não apenas ensina, há uma interação.

O segundo ponto é que, na realidade, temos na sociedade brasileira um tremendo déficit sobre o conhecimento e sobre a prática de desenvolvimento.

Estamos aqui nesta iniciativa da Assembléia Legislativa, que é fruto da necessidade que tiveram os deputados de participar e contribuir com essa questão. No entanto, não temos tradição na sociedade brasileira, de discutir o desenvolvimento. E muito menos não temos tradição de usarmos canais legislativos para o encaminhamento das questões do desenvolvimento regional.

Isto que é, no meu ponto de vista, o predicado mais forte deste fórum, que se pretende permanente, de tal forma a conectar a sociedade, as organizações dos setores produtivos, etc. ao Legislativo, que é um dos canais que devem ser utilizados e que tradicionalmente, na nossa sociedade, não são utilizados, que é o canal normal do Legislativo.

Vamos tratar um pouco de desenvolvimento e quero chamar atenção dizendo que o desenvolvimento não é apenas econômico. O desenvolvimento possui várias facetas. Em última instância, trata-se do bem-estar das pessoas, da promoção dos níveis de vida social, cultural, de saúde, educacional, do trabalho, das condições de moradia e de residências, o acesso à cultura e etc. Essa é uma dimensão completa do desenvolvimento.

Estaremos aqui tratando mais de perto sobre o desenvolvimento econômico. Porém, é muito difícil tratarmos de um assunto sem saber como medi-lo, como estimá-lo e etc. O tema desenvolvimento é um tema da segunda metade do século passado, e as primeiras discussões se deram em torno da geração de riqueza da sociedade. Para os não economistas, o PIB pode ser olhado tanto como produção de mercadorias quanto geração de renda. Há uma identidade entre o montante de bens de serviço produzidos na economia e a renda das pessoas. E a primeira grande medida do desenvolvimento foi a renda per capita. Ou seja, a produção de bens e mercadorias por aquela sociedade, ou o reverso. É a possibilidade de acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade.

Essa medida trata exclusivamente do aspecto econômico, que é produção e distribuição de riquezas, de bens e de serviços, e mais, ela mede apenas alguns aspectos da vida em sociedade. Por outro lado, ela é uma medida per capita. Ou seja, por pessoas. E as

medidas per capita são medidas médias. Sabemos, obviamente, que uma pessoa que esteja com o pé no freezer e a cabeça na fogueira ou está morrendo porque está congelando parte do corpo, ou está morrendo porque está com fogo na cabeça. Mas na média estará ótima. Então, a média mostra algumas coisas, mas ela esconde também fatos relevantes.

Na década passada a ONU – Organização das Nações Unidas – o desenvolveu, através do seu programa de estudo do desenvolvimento econômico, uma medida, que é o IDH, e acrescentou à variável riqueza, que é a renda per capita, duas categorias que abrangem aspectos da vida da saúde das pessoas, aspectos do potencial de trabalho e etc. através da Educação.

Então, a longevidade é uma característica geral, pois a esperança de vida ao nascer é um pressuposto. É óbvio que a sociedade se organiza para viver e no pressuposto de que viver mais quer dizer maior bem estar. Pelo lado da escolaridade, temos tanto a taxa de alfabetização de adultos quanto a taxa bruta de matrículas. Estes dados são gerais para possibilitar comparações internacionais. E por isso eles se baseiam em dados censitários. Isso quer dizer que temos, de 10 em 10 anos, a possibilidade de comparar o desenvolvimento entre as diversas sociedades.

No entanto, isso traz um problema sério para quando queremos utilizar a medida, como a iniciativa privada utiliza o lucro como medida da sua performance econômica. Aqui teríamos uma medida muito larga. Na realidade, a Assembléia Legislativa, a partir dessa idéia, implementou o IPRS, que pega os mesmos grupos de variáveis da riqueza, da longevidade, da saúde e da educação, mas dá duas características importantes. Primeira: decompõe a riqueza não apenas pela renda “per capita” estimada pela produção de bens e mercadorias, mas por uma mistura do consumo essencial das pessoas, ou do aparelho produtivo, e a geração de riquezas, que é o valor adicionado fiscal.

O índice de riqueza do IPRS trata do consumo residencial das famílias – a energia elétrica, que tem uma relação direta com os bens que a família consome, o que é um grande indicador. Segundo algumas correntes econômicas, é o melhor indicador de renda do que o numerário salário.

Na longevidade tratamos da mortalidade infantil e da mortalidade perinatal. Na escolaridade está a escolaridade dos jovens e tem um outro segmento, que é a percentagem de matrículas no ensino fundamental oferecidas pela rede municipal de ensino.

O IPRS, além de ser mais detalhado, também utiliza dados gerais, e são dados que o sistema de Estatística do Estado de São Paulo gera anualmente. Então quebramos aquelas características da decenalidade do IDH, e é a cada dois anos, por contrato da Assembléia Legislativa com a Fundação SEADE. A Fundação SEADE faz esses cálculos e compara os municípios.

Existe mais uma inovação nesse critério que são as variáveis de esforço. As variáveis de esforço medem aquilo que, a mais curto prazo, as administrações locais podem fazer, que é aumentar a oferta de escolas e atacar as causas da mortalidade perinatal. A mortalidade perinatal é a natimortalidade. Quer dizer, fetos que nascem mortos, mas aqueles que sobrevivem apenas seis dias. Por que? As causas da saúde estão ligadas, como disse o Presidente Sidney Beraldo, ao saneamento, às condições dos serviços públicos e à variação do Índice de Valor Agregado do Município. Ou seja, no IPRS temos também uma possibilidade de medir o esforço de cada localidade. No caso do Estado de São Paulo, as riquezas se comportaram. A dimensão riqueza é crescente de 53 pontos para 60 pontos entre 92 e 2.000. Mas quero ressaltar que 97 é um ano de intensa atividade econômica e 2.000 é um ano que se situa numa época de baixo crescimento, ou de crescimento per capita negativo. Mesmo assim, o Estado de São Paulo conseguiu manter o mesmo nível de renda.

Na longevidade, que trata das questões da saúde da população brasileira, é inequívoco o aumento do bem-estar dos paulistas. E a mesma coisa com relação à escolaridade, que estamos atingindo níveis de padrões dos países mais desenvolvidos.

Aqui é a dimensão riqueza das regiões administrativas do Estado. Se o Estado tinha aquele comportamento, as regiões administrativas apresentam comportamento diferente. Na riqueza, como já foi ressaltado pelo Presidente Sidney Beraldo, a região de Presidente Prudente é a penúltima.

Devemos levar duas coisas em consideração. Na faixa amarela, vemos que a diferenciação não é tão grande. Ou seja, a diferença entre as unidades federadas brasileiras é superior à verificada dentro do Estado de São Paulo. Na realidade temos três patamares de regiões administrativas, de regiões do Estado, com três patamares de riqueza diferenciados.

Na dimensão longevidade, a média do Estado de São Paulo é essa, a faixa amarela. E Presidente Prudente é a 7ª região. Ou seja, nós temos uma condição de desenvolvimento econômico mais atrasada, porém, as condições de vida, de saúde da população da região de

Presidente Prudente se situam no patamar superior da escala, acima da média do estado. A mesma coisa acontece com a dimensão da escolaridade, onde a nossa região ocupa a 2ª posição no Estado de São Paulo.

É engraçado que as três primeiras são regiões do oeste do estado: São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba. Nós, ao pensarmos o desenvolvimento, pensamos que o desenvolvimento é um patrimônio que legamos para as gerações futuras e para proporcionar melhor nível de vida. Em que pese no aspecto econômico estarmos numa posição não privilegiada dentro do estado, temos, pelos indicadores, por exemplo pelo IDHM, cinco cidades na região de Presidente Prudente com IDH elevado. E é elevado em padrões internacionais.

Se tratarmos do IPRS, veremos que ele é um pouco mais rigoroso do que o IDHM, o IDH municipal. As regiões do Estado de São Paulo foram divididas em cinco grupos. No primeiro grupo estão as regiões que possuem um elevado desenvolvimento econômico, um elevado desenvolvimento escolar, educacional e saúde pública. E vai graduando até o grupo cinco em que os dados, tanto de riqueza quanto de educação e de longevidade são indicadores ruins, abaixo da média.

Esta é a distribuição no Estado de São Paulo, e vemos um dado que já conhecíamos, que é a concentração dos municípios mais desenvolvidos do grupo 1 na parte norte do rio Tietê. Mas o que interessa ressaltar é que a cidade de Presidente Prudente, que é a capital da região, está no patamar mais alto de desenvolvimento econômico e social, e a maior parte dos municípios está no grupo intermediário três.

Os mesmos índices que vimos para o Estado de São Paulo os vimos na região de Presidente Prudente. A nossa renda não caiu entre 1997 e 2000. Há uma notícia boa que deve refletir no próximo IPRS: é que entre 2000 e até o final de 2001 e início de 2002, a taxa de investimentos na região de Presidente Prudente foi crescente e superior à média do estado. Cai a taxa de investimento no estado como um todo, e a média do estado é inferior à média dos investimentos na região de Presidente Prudente.

Isso corrobora a análise feita de que o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo nesse último quinquênio deixou de ser aquele dinamismo industrial, do crescimento ser puxado pela indústria e passou a ser puxado pela agropecuária e serviços.

Principalmente na agropecuária, temos a terceira maior bacia leiteira do Estado de São Paulo, a maior região exportadora de carne do Estado de São Paulo.

Os índices de longevidade cresceram. Não sei se vocês se lembram que o índice médio de escolaridade do estado era 85 e temos 92. Ou seja, isso não é um quadro de estagnação nem um quadro para sermos pessimistas. Pelo contrário, vamos tentar discutir um pouco que nesta diversidade a vocação da região não é uma vocação industrial.

Em relação aos municípios da região de Presidente Prudente, como destaquei, a cidade de Presidente Prudente, a capital regional, está no topo da pirâmide e na base da pirâmide temos apenas duas cidades. Ou seja, não é como o indicador de riqueza parece sugerir que é uma região extremamente atrasada. Não é, ao contrário. Aliás, como eu já ressaltai, existem os padrões de diferença no Estado de São Paulo, que são menos acentuados. Mas eles existem.

As seis regiões metropolitanas do Estado de São Paulo concentram 58% da população e 63% do PIB, não do Estado. Se tratarmos de uma região metropolitana expandida, vamos ver que essa região mais o intermezzo entre a região de Campinas e região metropolitana de São Paulo, agregando algumas partes de Sorocaba e de São José dos Campos, vamos ter 70% da população e 80% do PIB paulista. Por que? Porque o Estado de São Paulo é o estado mais industrial da Federação e a porção oeste do estado é basicamente agropecuária.

Tanto isso é verdade que as empresas de alta tecnologia se concentram quase 40% no município de São Paulo. Se juntarmos São Paulo com a região metropolitana, que é a parte rosa, vermelha, vamos ter 53% das empresas de alta tecnologia na região metropolitana de São Paulo, que depois é seguida pela região de Campinas, pela região central que compreende São Carlos e Araraquara e depois por São José dos Campos e Ribeirão Preto. Ou seja, essa concentração segue a concentração dos institutos de pesquisa do estado, do mercado consumidor do estado, do mercado de trabalho qualificado, da infraestrutura de telecomunicações. Este não é um padrão apenas paulista, este é um padrão internacional. Em todos os países do mundo há concentrações muito fortes dessas empresas.

Vocês conhecem, ou já ouviram falar do Vale do Silício, na Califórnia. Se a Califórnia fosse um país seria a oitava economia do mundo. Se o Estado de São Paulo fosse

um país em competitividade seria o 13º país do mundo. No Estado de São Paulo, as indústrias de alta tecnologia se concentram nas regiões metropolitanas. Nos Estados Unidos, todos conhecem o Vale do Silício, na Califórnia. Este é um padrão locacional determinado pelo comportamento das empresas, não é determinado pelo comportamento dos países.

Temos um estudo sobre arranjos produtivos locais feito pelo Instituto de Economia que serviu, em parte, de base para a elaboração do PPA. Essa é a distribuição dos arranjos produtivos. Na nossa região temos arranjos de confecção, de couro, de produtos minerais e de móveis.

Quero ressaltar que este é um arranjo particular que partiu de alguns pressupostos. Existem outros estudos, quer do IPT do Estado de São Paulo, quer da FIESP, quer de um estudo muito interessante do Sebrae, que indicam a concentração de outros arranjos também nas regiões. Por exemplo, um estudo do Sebrae indica que há na cidade de Presidente Prudente uma concentração de indústrias e de serviços voltados para obras que é a quinta concentração do país. Indica que a Cidade de Panorama agrupa a maior densidade de empresas produtoras de produtos cerâmicos não refratários. Sessenta por cento de estabelecimentos industriais de Panorama, aqui ao lado, se dedica a essa produção. É a maior concentração de estabelecimentos dessa produção no Brasil. Por que? Particularmente por ser a encosta do rio propícia para essa produção, se desenvolveu num patamar extremamente elevado.

Estas são as cidades que sediam os grupos. Dessa forma não tem importância se alguém conhece por algum estudo quer seja da FIESP, quer seja do IPT, quer seja do Sebrae, que contemplam outras categorias, pois, na realidade, o critério aqui foi o de selecionar apenas os ramos com um maior peso exportador e com maior peso para os objetivos a se que propunha o estudo. Na realidade, variam as feições desses arranjos produtivos conforme os objetivos que se quer atingir com os estudos.

Na realidade, o Plano Plurianual do Governo do Estado tem esse diagnóstico sobre a região e levanta as necessidades e as potencialidades. Obviamente é uma região agropecuária. A agropecuária é um dos caminhos de expansão da região, não só da região, como da posição de exportador do Estado de São Paulo no comércio internacional.

No PPA há um diagnóstico de que a região precisa receber incentivos, particularmente os pequenos agricultores do setor primário. O aproveitamento da agroindústria regional tem um potencial turístico expressivo, que deve ser particularmente nos grandes rios Paraná e Paranapanema. Há um diagnóstico de que a malha rodoviária deve ser melhorada. Há uma preocupação também com a preservação ambiental, com o combate à erosão, principalmente por causa do solo dessa região, e programas sociais diversos.

O PPA possui cinco grandes linhas: são 215 programas, 1.365 intervenções previstas. Portanto, não é o nosso objetivo enumerar os 215 nem as 1.365, o que vamos chamar a atenção de vocês é que a leitura do PPA nos revela que há 56 programas voltados para a gestão pública, voltados para a melhoria da produtividade, da eficácia do setor público, da gestão pública do Estado de São Paulo. Quatro programas são direcionados especificamente ao desenvolvimento regional. Não tratam das cidades, mas das regiões do Estado. Para o desenvolvimento social são 87 programas, 37 programas para a infraestrutura e 31 para o desenvolvimento econômico.

Separamos alguns programas, ou tópicos de programas, voltados aos interesses mais aderentes aos interesses da região de Presidente Prudente. Na agropecuária temos a previsão de expansão de instalação de galpões de agronegócio; consolidação de pólos regionais de desenvolvimento tecnológico dos agronegócios, aproveitando o potencial e a vocação da região e a consolidação das APTAs, que são as agências de desenvolvimento paulista, com uma preocupação de inovações por cadeias produtivas.

Chamo um pouco a atenção para um fato: os grandes e principais centros exportadores de produtos primários do mundo se concentram nos produtos em que eles têm uma capacidade, uma produtividade superior às outras regiões, mas também abrem em leque as atividades em nichos de mercado que são identificados nas regiões. Não sei a previsão do PPA, não conheço todos os programas, mesmo porque eles foram apresentados há menos de um mês, esse estudo acabou há menos de um mês. Mas quero dizer que não é uma desvantagem termos uma tremenda produtividade, por exemplo, na pecuária; uma tremenda produtividade no açúcar e em alguns produtos da fruticultura, etc. Este caminho é o caminho trilhado pelas grandes regiões primárias exportadoras do mundo.

Para a indústria há uma articulação na implantação das agências regionais de desenvolvimento. A região já tem um movimento para desenvolvimento para a implantação de uma agência dessa. Apoio à implantação de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, que são esses que vimos aqui na região: tem couro, tem têxteis, tem o (ininteligível) de Panorama, que citei, etc. e apoio à incorporação da gestão pela qualidade e designer.

Não sei se vocês sabem que uma camiseta produzida, por exemplo, pela Hering no Brasil, em termos de custo ela custa – vamos pôr muita, muita folga – R\$ 2,00. Essa camiseta é exportada. A Banana República, nos Estados Unidos, estampa a marca dela e vende por 30 dólares. Vejam a diferença!

Por isso, o designer e a junção de pequenas indústrias na capacitação, no marketing, etc. é importante. É assim em todas as regiões do mundo e é a maneira de se apropriar nichos e mercados específicos etc. E temos na região pelo menos seis agrupamentos ou arranjos produtivos com potencial de expansão significativo.

O turismo é uma das prioridades do Estado de São Paulo, é o setor de serviços. O PPA prevê a implantação de uma agência de fomento, da consolidação de alguns circuitos especiais e aqui, é óbvio, salta a vista de quem vai à beira dos rios, o turismo de pesca, o turismo aquático etc, tem uma...

* * *

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – ... lógica, mecanismo de acesso e um plano diretor para o ensino público superior.

Com relação à Educação, há uma descentralização do Centro Paula Souza. A região conta já com diversos estabelecimentos de ensino da UNESP. Pelo menos em três municípios da região estamos com a UNESP e há uma expansão do ensino tecnológico não apenas com o aumento de vagas, mas com a implantação de novos cursos voltados para as realidades locais e regionais.

Espero, como prometi, não ter dado uma aula, mas espero aprender agora com as pessoas, aliás, procurei o Secretário de Desenvolvimento com algumas questões porque não estamos aqui para ensinar, mas também para aprender.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD -

Agradecemos as palavras e a aula do Prof. Gustavo Zimmermann.

Queremos convidar para compor a Mesa o Deputado Sidney Beraldo e o Secretário Executivo do Fórum, Antônio Carlos Oliveira.

Queremos convidar, para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Henrique de Araújo, Secretário Municipal de Desenvolvimento, de Presidente Prudente, representando o Prefeito Agripino Lima.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE ARAÚJO – Prezado Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo; Pinheiro, Presidente da Unipontal, representando todos os amigos prefeitos; Secretário Adjunto da Habitação, Mauro Bragato; Secretário Adjunto de Comunicação Social, Ernesto; Deputado Silvio Torres, Presidente do Cepam; Antonio Carlos, coordenador do evento; prezados Vereadores Telmo Guerra, Pastor Nunes e Rocha, representando todos os vereadores presentes, apesar de o documento gerado neste Fórum representar alguma diminuição nos indicadores, entendemos que no período de 1997 a 2002 a região, especialmente nos dois últimos anos, realizou avanços consideráveis.

Estamos observando, pela entrada da soja na região, pela cultura do algodão e da cana-de-açúcar, principalmente através do setor agropecuário, um incremento na geração de emprego e investimento no campo. Esse Fórum possibilita a interação com toda a comunidade organizada para que ela possa discutir seus problemas e levá-los até a Assembléia, para reverter em projetos e recursos para a região.

Antes de qualquer coisa, a região apresenta três problemas consideráveis que precisam ser resolvidos. Um já está com a solução em andamento.

Finalmente, depois de muito tempo, temos na Assembléia o projeto de regularização das terras devolutas do Pontal do Paranapanema. Não há como falar em investimentos na região do Pontal com esse problema pendente. Mas agora, depois de diversas audiências comandadas pelo Presidente da Assembléia aqui na região, temos certeza de que, se aprovado, esse projeto vai trazer mais tranquilidade e investimentos para a região.

Um segundo problema é em relação à logística e infraestrutura. Temos de acelerar a duplicação da Rodovia Raposo Tavares e aproveitar todo o potencial que a Hidrovia

Tietê/Paraná, aqui em Presidente Epitácio principalmente, pode possibilitar em termos de transporte a baixo custo de soja e insumos agrícolas com a instalação de terminais graneleiros, da mesma forma a ativação da ferrovia nas mãos da América Latina Logística.

O terceiro problema é mais recente, é a insegurança em relação à construção de novos presídios para a região. O número de presídios na região é muito grande. Temos 19 unidades. Não é aceitável, como foi anunciado nesta semana, a construção de mais quatro presídios na região, uma decisão praticamente do prefeito e alguns vereadores. É preciso que toda a sociedade, através de suas lideranças e organizações, seja respeitada no seu modo de pensar, nas suas opiniões.

Destaco a importância do Fórum. É importante que após o evento seja estabelecido um canal de comunicação através das entidades, através das ONGs, para que possamos continuar interagindo com a Assembléia e com o Governo do Estado.

Parabéns, Deputado Sidney Beraldo. Um abraço a todos os Deputados e organizadores deste Fórum. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Em seguida, gostaríamos de ouvir a manifestação do Prof. João Fernando Custódio, a respeito da organização do Fórum Regional do Desenvolvimento.

O SR. JOÃO FERNANDO CUSTÓDIO – Bom-dia a todos. É um prazer particular para nós, da UNESP, hospedarmos a iniciativa da Assembléia Legislativa por conta deste evento. Cumprimos todos os componentes da Mesa na pessoa do seu Presidente, bem como os presentes neste evento.

O Fórum Regional do Desenvolvimento é um conjunto de parceiros que se reúnem desde o início de 2002, coincidindo com a gestão do Sr. Neri, como diretor e a minha, como vice-diretor deste campus da UNESP. Hospedamos a maior parte das ações deste Fórum que é composto atualmente de 15 parceiros, que vou nominar daqui a pouco.

Farei um breve histórico do Fórum, que começou em meados de março do ano passado. Fizemos um evento de características mais gerais discutindo as potencialidades, os problemas e indicamos, através de um relatório, algumas possíveis ações e políticas de desenvolvimento para esta região do Estado. Isso foi feito em agosto, neste mesmo recinto.

Contamos com a participação de políticos, vereadores, empresários, professores, estudantes, líderes comunitários, enfim.

Em função daquele primeiro evento, que foi em agosto do ano passado, estabelecemos um calendário, uma agenda de eventos para o ano de 2003. Realizamos já dois eventos. Em maio tivemos o primeiro evento temático ‘Cadeia Produtiva do Couro’ hospedado naquela oportunidade numa instituição de ensino, mas coordenado por todos nós daqui do Fórum. Em agosto, neste mesmo recinto, trabalhamos o tema “Agricultura”. Ambos geraram relatórios e eu pude ver parte deles contemplado no PPA. Portanto, a nossa iniciativa parece ter amparo dentro desse plano político maior.

A dinâmica do nosso Fórum é de reuniões mensais entre esses parceiros. Em março vamos realizar aqui mesmo o próximo tema ‘Meio Ambiente’ e o parceiro a coordenar a parte técnica será o IBCA, Instituto Brasileiro de Ciências do Ambiente. É um parceiro que entrou no Fórum em meados do ano passado.

Essas reuniões mensais são realizadas pelos representantes de todos esses parceiros. São feitas aqui na UNESP, quase todas elas.

O próximo tema será “Indústria e Comércio, Serviços e Transportes”, boa parte técnica será coordenada pela FIESP/CIESP, que também é parceira do Fórum, através de seus representantes. Esse será feito em 2004.

Também temos na agenda o tema ‘Educação’, ‘Saúde’ e ‘Assistência Social’, dentre outros que vão sendo agregados ao longo do tempo, todos com raízes naquele relatório de agosto do ano passado.

Em 14 de fevereiro, por conta da visita do Governador e Secretários a esta região, fizemos a entrega do relatório com as propostas do Fórum. Portanto, o Executivo também tem conhecimento da existência das ações e discussões que ocorrem no Fórum Regional de Desenvolvimento aqui em Presidente Prudente.

Vou nominar os parceiros rapidamente. Temos o jornal “Imparcial”; a Disper Marketing e Negócios, com o movimento ‘A Ética na Política’; a Unipontal, representada aqui pelo Pinheiro, seu Presidente; o ITESP, Instituto de Terras do Estado de São Paulo; a FIESP/CIESP – Regional Presidente Prudente; o movimento ‘Mais Mulher 2000’; o Instituto de Estudos Municipais; a Fundação Konrad Adenauer, fundação alemã que

financia parte dos eventos; a Oficina Municipal; o CEDER, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico Regional. Esses são os parceiros iniciais.

Posteriormente, aderiram ao Fórum a Proderp, uma ONG de atuação local regional; IDEIAS e o IBCA – Instituto Brasileiro de Ciências do Ambiente.

Em função desta fala, deixarei em aberto o Fórum. Se outros membros, outras instituições quiserem aderir, é só nos procurar ao longo dos dias subseqüentes. Estaremos abertos a trabalhar em conjunto, discutindo os caminhos para o desenvolvimento desta região do Estado.

A UNESP, que também é parceira, praticamente hospedeira operacional deste Fórum, também já fez a sua primeira grande contribuição ao desenvolvimento da região, como já foi apresentado, nesse grande esforço que a UNESP está fazendo de ampliação de vagas, cursos e campus. Nosso campus, em particular, não ficou atrás. Iniciamos no ano passado três cursos e neste ano mais dois. Portanto, num período de dois anos pulamos de sete para 12 cursos, mas isso eu acredito que o Prof. Neri vai falar depois.

Faço um apelo e ao mesmo tempo um agradecimento à Assembléia, que realmente tem feito, em parceria com as universidades paulistas, a correta leitura de que o momento era de expandir. Tem havido reciprocidade, financiamento. Esperamos, da parte da UNESP, continuar contando com a atenção da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo na questão do financiamento dessa expansão, porque tudo que tem qualidade exige um bom aporte de recursos.

Cumprimentamos a iniciativa da Assembléia. Obrigado por esta oportunidade. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Nossos agradecimentos ao Prof. João Fernando Custódio.

Gostaria de reiterar aos senhores o preenchimento desta ficha. As perguntas feitas já podem ser encaminhadas. Peço também o preenchimento das outras duas fichas para entrega posterior.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Convidamos agora o companheiro Mauro Bragato para as suas palavras.

O SR. MAURO BRAGATO – Bom-dia a todos.

Inicialmente, quero saudar nosso companheiro e amigo Presidente Sidney Beraldo, as autoridades presentes, o Pinheiro, o Carlos Henrique, os prefeitos e dizer que para nós é uma satisfação ver a Assembléia Legislativa sair da Capital e visitar o Interior. Isso é muito importante.

Fiquei muito tempo lá e é a primeira vez que vejo a Assembléia ter coragem de procurar a população para conversar sobre os problemas do Estado. Acredito que a divulgação de todos os dados colocados aqui é importante porque estamos tendo acesso à informação.

Sr. Presidente, aqui temos um problema cultural muito grande, qual seja, pensar que sempre estamos na base da pirâmide. Temos dificuldade em valorizar o que temos de bom, a tendência é colocar o bom em um plano secundário e reforçar o lado negativo. É uma questão de cultura e de auto-estima baixa. A divulgação dos índices da nossa região mostra que temos de valorizar o trabalho que cada município faz, que o Estado faz, no sentido de melhorar cada vez mais a qualidade de vida da nossa região.

Se temos o segundo menor desenvolvimento do Estado, temos, por outro lado, o segundo maior índice de escolaridade. Quando falo desse bloqueio cultural em razão da nossa auto-estima baixa é porque, infelizmente, temos uma política tradicional ainda permeando as ações de uma parte da liderança, da elite da política local e regional. Por isso, o trabalho de V. Exa.. como Presidente é bastante salutar.

Devemos reforçar a questão do desenvolvimento econômico propriamente dito.

Se pegarmos cada cidade da região, veremos que ela está completa e o nosso desafio é transformar o político em empreendedor.

O desafio está feito para os amigos prefeitos presentes e para aqueles que pretendem ocupar um cargo público.

Tivemos, na semana passada, a presença do Governador, que abordou o arranjo produtivo do couro, um trabalho feito pela Proder e que temos de aplaudir. O desenho está montado no arranjo produtivo do couro.

Temos um trabalho embrionário, do qual participei há tempos na região de Panorama, sobre a cerâmica - temos Panorama, Paulicéia, Eptácio, Rosana – mas que

infelizmente não avançou. Temos um investimento enorme nos assentamentos agrícolas com 5300 famílias assentadas, além dos agregados. No total, pelo meu cálculo, são seis mil famílias. Temos, portanto, de reforçar a agricultura familiar.

Como já disse o Carlos Henrique, temos a questão da soja, que é real, com um crescimento considerável; temos o setor sucroalcooleiro que está em pleno crescimento e o turismo, com nossos lagos. Podemos dizer que Presidente Eptácio é o melhor exemplo, como instância turística, de investimentos privados.

O desenho, como já disse, está feito. Agora só temos de quebrar essa barreira, ser um pouco mais tinosos e brigar mais pelas nossas causas.

Temos aqui, Presidente, várias ONGs trabalhando a questão do desenvolvimento regional, com o apoio logístico fundamental da UNESP. Penso que a situação está desenhada para a região de forma que à medida que aprofundarmos a discussão em termos econômico, vamos encarar de frente um problema que temos de discutir: a questão dos presídios. O presídio, para muita gente, é considerado um nicho de desenvolvimento. Lógico que devemos ter presídios, não dá para fugir dessa realidade, mas não é só isso. Temos de discutir outras formas de geração de emprego e renda. A falta de discussão, a falta de proposta, leva a pessoa, muitas vezes, a ficar no lugar comum, pensando que o Estado é o “salvador da lavoura”.

Quero cumprimentá-lo, Presidente, pois acredito que a presença da Assembléia reforça a ação do trabalho feito aqui por um grupo de entidades da UNESP, além de outras experiências realizadas em Prudente e região.

A Assembléia está de parabéns pelo trabalho, pelo profissionalismo na divulgação desses dados, que líamos no SEADE, já que ninguém tinha acesso, porque eram dados para economista, em horas vagas, estudar.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de fazer uma observação, aproveitando o que foi dito aqui pelo Carlos Henrique e Mauro Bragato.

Quero, primeiramente, agradecer a UNESP pela cessão do local onde estamos confortavelmente instalados.

Temos uma parceria muito forte na Assembléia com a UNESP. Dado o momento que vivemos, estamos todos nos reciclando - empresas, prefeituras - descobrindo um novo papel, uma nova forma de atuar e a Assembléia está olhando para si e verificando que tem de se modernizar, mudar sua atuação. Não dá para ficar apenas no seu trabalho interno, ocupando a tribuna no Pequeno e Grande Expediente, falando, falando, falando, falando. Na verdade, lá é o Parlamento e temos de falar mesmo, mas temos de aprofundar as discussões. Para isso, temos de ter uma capacitação técnica interna e estar preparados para este novo momento. Não dava para discutir desenvolvimento sem estar preparado para isso.

Quero falar um pouco sobre o formato do Fórum.

O Fórum foi criado por lei e será permanente. Ele é composto pelo Presidente; pelo 1º Secretário Deputado Emidio de Souza, do PT; pelo 2º Secretário Deputado José Caldini Crespo, do PFL. Temos ainda o Conselho, do qual fazem parte todos os Presidentes e vice-Presidentes das comissões temáticas para que o Fórum tenha interação com as comissões da Casa. Além disso, temos o Conselho Consultivo, do qual fazem parte a Federação do Comércio, da Indústria, Agricultura, as entidades que representam os trabalhadores – CUT, CGT – são os representantes de todas as cadeias produtivas e os representantes da Academia, as três universidades fazem parte desse Conselho. A UNESP, com quem temos parceria, através do ILP, Instituto Legislativo Paulista, fará todo o treinamento e capacitação dos funcionários da Assembléia.

Estamos montando um módulo específico para fazer a capacitação dos funcionários em relação ao tema, com o objetivo de ter, dentro da Assembléia Legislativa, um corpo técnico específico para cuidar dessa questão. Fizemos um contrato com a UNESP, que, em 2004, dará todo o treinamento. A UNESP foi pioneira na ampliação de novos cursos e está presente em todo o Interior. Sua responsabilidade é muito grande com o que estamos propondo, ou seja, estudar os arranjos regionais, promover o encontro do conhecimento produzido dentro das universidades com o setor produtivo. Sabemos que isso nem sempre é feito. Muitas vezes temos um conjunto de informações, de conhecimento, mas não é aplicado. Por isso, é importante este Fórum que vocês criaram, porque vai ajudar muito.

Quero dizer aos representantes regionais que estamos estimulando muito a criação de uma agência regional ou de um fórum regional porque a entidade com o compromisso de estudar e buscar alternativas para o desenvolvimento regional também fará parte do nosso

Conselho. Em Araraquara, já está sendo criada a Agência de Desenvolvimento Regional, que vai fazer parte do nosso Conselho naquela cidade. Isso será feito com o objetivo de termos, permanentemente, uma interação. É como o João Fernando disse, há necessidade de um canal de comunicação. Ou seja, o que se discute aqui será encaminhado à Assembléia. Por isso, estamos estimulando que cada região crie o fórum ou agência para fazer parte do Conselho do Fórum de Desenvolvimento da Assembléia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Gostaríamos de ouvir a manifestação do Sr. Francelino de Souza Magalhães, da CIESP. (Pausa.)

O Mauro Bragato falou do arranjo do couro e gostaríamos de ouvir o Dr. Antônio Assis, da Proderp, sobre esse assunto.

O SR. ANTÔNIO ASSIS – Bom-dia a todos, em especial ao Deputado Sidney Beraldo.

A nossa região, a 10ª Região Administrativa, detém o maior rebanho bovino do Estado de São Paulo, mas quando o assunto é a cadeia produtiva do couro, vemos a dificuldade de nos desenvolver no setor.

Temos potencial para trazer 12 milhões de dólares/ano para nossa economia, desde que haja harmonia na cadeia produtiva do couro, ou seja, do pecuarista em zelar por esse couro na sua propriedade, do frigorífico no processo de esfolagem e do curtume, onde esse couro será processado.

Nós reivindicamos, Sr. Presidente, a criação do arranjo produtivo da cadeia do couro em todos os municípios que integram a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. Estamos solicitando a criação de novos empregos, porque de acordo com a Embrapa é possível criar 200 mil novos empregos no Brasil. Se pudermos contar com esse arranjo produtivo na região, grande parte desses novos empregos poderão ser abertos dentro de nossa região.

Fizemos um evento sobre a cadeia produtiva e trouxemos na ocasião representantes de todos os municípios da nossa região, para discutir esse problema, além de pesquisadores, empresas do Estado de São Paulo e também de diversos locais do Brasil. O que era um evento para ter uma característica regional, tomou uma proporção nacional.

Esse arranjo produtivo da cadeia do todo teria como principais objetivos o desenvolvimento...

* * *

O SR. ANTÔNIO ASSIS – ... com a preservação do meio ambiente. Para as empresas já instaladas ou que vierem a se instalar no arranjo produtivo cuja atuação se harmonize com os objetivos previstos, poderão ser celebrados convênios de cooperação técnica com órgãos governamentais especializados, universidades e outras instituições de ensino. Não é fácil harmonizar a cadeia produtiva colocando na mesma mesa o pecuarista, o empresário do frigorífico e o empresário do costume, dado que é necessário um grande trabalho de harmonia dentro dessa cadeia. Às vezes, acho que é uma dificuldade tão grande quanto vocês estão tendo na discussão da reforma tributária. Mas, se vencermos esse desafio, toda essa região vai ser beneficiada, inclusive cerca de um milhão de habitantes. Quando vejo os índices dessa região quanto à escolaridade, fico pensando que temos que ter novos empregos para essa moçada que está vindo. Vamos pensar no futuro desses jovens que estão recebendo uma educação adequada.

Sr. Presidente, passo em mãos esta reivindicação e o resumo do que foi esse nosso evento feito em maio deste ano. Gostaria também de registrar o incentivo que a UNESP vem dando aos seus pesquisadores para que se preocupem com o desenvolvimento regional, incentivo feito pelos nossos diretores Neri Alves e João Fernando Custódio.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Muito obrigado, Antônio Assis.

Convidamos o Prefeito do Município de João Ramalho, José Roberto Pinheiro Nunes, Presidente da Unipontal.

O SR. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO NUNES – Bom-dia a todos.

Sr. Presidente Sidney Beraldo, Silvio Torres, Ernesto, prefeitos, vereadores, vice-prefeitos, senhoras e senhores, quando fomos eleitos prefeitos nas nossas cidades,

assumimos um compromisso muito grande de zelar pelo bem-estar da população. Um deles é procurar desenvolver na região coisas que dêem retorno para o município. Nossa região é muito grande. Antigamente, foi uma das que rendeu mais ICMS para o Estado de São Paulo. Com o decorrer do tempo, isso foi caindo. Hoje, pela mídia e por algumas pessoas, é considerada a segunda região mais pobre do Estado. Não concordo com isso. Sempre defendi que temos um grande potencial para desenvolver nossa região. Estamos tendo o apoio do governador do Estado. Estamos tendo agora o apoio da Assembléia Legislativa, colocando no Plano Plurianual algum desenvolvimento para a região. Isso é muito importante para nós. Ficamos esquecidos até ontem. Não temos um representante da nossa região que nos defenda na Assembléia Legislativa. Com isso, deixamos de crescer, de desenvolver. Não temos ninguém que proponha um projeto de desenvolvimento regional, que brigue por um orçamento para a região.

Hoje a coisa está mudando. Começamos pelo governador com o fórum que tivemos em fevereiro, depois disso ele esteve três vezes na região com interesse de resolver questões pendentes, como a questão agrária, que está travando o nosso desenvolvimento regional, e agora a Assembléia Legislativa já pela segunda vez presente na nossa região.

Gostaria de agradecer ao Sr. Presidente pela iniciativa. A nossa região tem um potencial enorme para o turismo, para a agricultura, mas também temos dificuldades para o escoamento da produção nas estradas vicinais, todas esburacadas. A nossa região é a única que não tem auto-estrada. Temos um cinturão verde enorme, temos água, temos uma terra que, até pouco tempo atrás, era considerada improdutivo. Hoje... (falha na gravação)

Temos a convicção que temos de trabalhar e brigar para que a região desenvolva. Isso vai ajudar não só os prefeitos, a população, mas também o Estado, que vai ter o retorno que tinha antigamente. A Unipontal, uma entidade de prefeitos, até há pouco tempo, discutia só política. Hoje, em qualquer discussão que se fale em desenvolvimento, a Unipontal está presente, participando ativamente, discutindo a questão regional. Tenho certeza de que, com isso, daqui a uns quatro anos a região vai se desenvolver muito mais.

Os prefeitos estão cientes que temos de crescer, temos de brigar. Temos falta de pessoas que briguem por nós na Assembléia Legislativa, falta de um maior apoio político na nossa região que está sendo dado a partir deste ano com a eleição de Geraldo Alckmin e com a vinda da Assembléia Legislativa. Agradecemos por isso, e, em nome dos prefeitos,

quero parabenizar o Sr. Presidente por essa iniciativa. Cada entidade presente já tem sua sugestão para discutirmos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. – Bom-dia. Em nome do Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, cumprimento todas as autoridades presentes. A Faculdade de Ciência e Tecnologia tem grande satisfação de receber os nobres deputados e as diversas autoridades presentes neste evento importante para a região de Presidente Prudente.

Temos a satisfação de dizer que hoje a Faculdade de Ciências e Tecnologia é uma das maiores unidades da UNESP em termos de números de cursos de graduação e alunos. São 12 cursos de graduação, quatro de pós-graduação que atendem a aproximadamente três mil alunos. São 211 funcionários, 196 docentes.

A Faculdade de Ciência e Tecnologia entende que tem a missão de formar recursos humanos e promover a inclusão social. Esse é o principal mecanismo com que a universidade pode contribuir para o desenvolvimento regional, promovendo a indução do desenvolvimento. Procuramos também agir diretamente na sociedade com projetos de pesquisas, projetos de extensão e ações de apoio ao desenvolvimento, como o Fórum de Desenvolvimento Regional presidido pelo professor João Fernando, promovido pela UNESP em parceria com diversas instituições.

Entende-se que a universidade é uma das principais instituições propulsoras do desenvolvimento e que a região necessita da expansão do ensino público, não só pela capacidade de promover a inclusão social, pela qualidade, mas também pela saturação da oferta no ensino privado, no qual não faltam vagas, mas, em função da condição financeira, grande parte da população da nossa região não pode nem sonhar em frequentar um curso superior.

A UNESP, contando com o apoio da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado, propõe uma ação efetiva. Foi a universidade que melhor respondeu à demanda social de ampliação de vagas. Criou ao todo oito novos campi e 36 cursos de graduação. Nossa região, nesse processo de expansão, foi uma das mais bem servidas, que recebeu maior investimento. Foram cinco cursos em Presidente Prudente: licenciatura em Física, licenciatura em Química, Engenharia Ambiental, Ciência da Computação e Arquitetura e

Urbanismo. Foram dois novos campi, o campus de Rosana com o curso de Turismo, e o campus de Dracena com o curso de Zootecnia.

Em nome da comunidade da UNESP, quero agradecer à Assembléia Legislativa pelo apoio a essa expansão, demonstrando que reconhece a importância do ensino público para o desenvolvimento da nossa sociedade. Quero destacar neste evento que a presença da UNESP também tem uma dimensão econômica imediata. Em Presidente Prudente, através da UNESP, retornam para o município aproximadamente 30% do ICMS aqui arrecadado na forma de folha de pagamento. O valor da nossa folha de pagamento é de aproximadamente 20 milhões anuais. A injeção de recursos na cidade, incluindo folha de pagamento, gastos de alunos e diversas outras modalidades como bolsas de ensino, chega próximo a 50 milhões anuais. Contamos com o apoio dos Srs. Deputados para que os recursos para manutenção dos novos cursos sejam garantidos no orçamento do próximo ano. Só assim poderemos garantir a qualidade e a presença que a UNESP tem como característica.

Enfatizamos ainda que gostaríamos de ver essa oferta de cursos ainda mais ampliada na região, pois essa é a demanda social e essa é a forma que acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento global da região, inclusive o desenvolvimento econômico.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – A partir deste momento, gostaríamos de abrir a palavra àqueles que quiserem se manifestar.

O SR. ROBERTO PEON – Bom-dia. Meu nome é Roberto Peon, vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema. Nobre Deputado Sidney Beraldo, gostaria de cumprimentá-lo pela sua iniciativa. Temos no Comitê da Bacia Hidrográfica uma gestão integrada de recursos hídricos, essa nova modalidade de gestão tripartite, com a participação da sociedade civil organizada, com a participação do Estado, e com a participação do caráter empreendedor dos prefeitos no Comitê. Não podemos abrir mão de nenhuma das participações e do poder de equilíbrio que dá à sociedade civil organizada. Quando a Assembléia Legislativa deixa os muros do Palácio e vem ao Pontal

do Paranapanema, está praticando o mesmo tipo de gestão que os Recursos Hídricos faz há 10 anos.

Infelizmente, o Estado de São Paulo tem um Projeto de lei sobre essa questão parado na Assembléia Legislativa. Passamos por um acordo de lideranças, todos os líderes se comprometeram a votar o projeto da cobrança pelo uso da água. Nobre Deputado Sidney Beraldo, mais uma vez faço um apelo: leve adiante esse Projeto de lei. Pode ser para rejeitá-lo, mas precisamos de decisão. Não podemos continuar com a Agência Nacional de Águas como uma espada sobre nossas cabeças. São Paulo está parado no tempo. Precisamos de uma decisão, favorável ou contrária. Mas esperamos que seja pela cobrança pelo uso da água. Na próxima segunda-feira, teremos uma reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica. Apreciaremos nosso plano de bacias. O Plano de Bacias que vai compor e servir para o Plano Estadual de Gerenciamento e Recursos Hídricos. Então, precisamos contar com a presença dos senhores prefeitos e vereadores e de toda a sociedade civil. A UNESP sempre foi a nossa grande parceira. Aliás, a UNESP é tida como a grande fomentadora do desenvolvimento regional. Inegavelmente a Universidade Estadual Paulista está sempre à frente, sempre presente, com um papel de destaque no nosso Comitê e em todos os programas de desenvolvimento que envolvem a região do Pontal do Paranapanema, tão esquecida e tão distante.

Nós, que temos os rios Paraná e Paranapanema, temos o Morro do Diabo, temos esse potencial, não podemos ficar fora de qualquer programa de desenvolvimento sustentado.

Temos a recém criada Faculdade de Turismo, em Primavera. É mais uma vez a UNESP participando conosco, com a sociedade civil organizada, fomentando o desenvolvimento na região do Pontal.

Finalizando, nós, que somos o quarto Comitê a estarmos finalizando o nosso Plano de Bacias, que deverá ser apreciado na próxima segunda-feira, queremos reforçar o convite e a necessidade de que todos estejam presentes nessa reunião.

Parabéns, mais uma vez. Não podemos ter a Assembléia Legislativa, tampouco a Câmara Federal e o Senado tão distantes. O Palácio do Planalto não pode estar tão distante da população, tão distante dos anseios da população deste país.

Parabéns pela iniciativa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Vou fazer um breve comentário a respeito desta questão que foi colocada. Gostaria de cumprimentar o representante da Bacia da região.

Acho que avançamos muito em termos de legislação de recursos hídricos. O Estado de São Paulo aprovou toda a política de recursos hídricos, com duas leis muito adequadas e modernas, como foi destacado aqui. Temos hoje um modelo descentralizado, regionalizado e hierarquizado. Temos experiência que dessa forma se dá uma eficiência maior na gestão.

O que falta hoje, sem dúvida, é um modelo de financiamento. Para isso, essa legislação precisa ser complementada com o financiamento através da cobrança pelo uso da água. Tenho defendido isso desde o instante em que o projeto foi apresentado na Casa. É natural que haja resistência, porque toda vez que se fala em cobrar alguma coisa, a população, que já paga muitos impostos, reclama, e com razão. Mas esse Projeto de lei prevê que quem vai pagar é aquele que utiliza a água, que polui a água. Isso porque, mesmo atendendo a legislação, polui-se um pouco, e não se devolve a água da mesma forma que se coletou. E a água hoje é um bem público. Já foi decidido, pela cobrança ou não, quando foi feita a Constituição em 1989. A Constituição do Estado de São Paulo já estabeleceu a cobrança pelo uso da água. E sabemos que isso é muito importante. Precisamos de recursos para fazer a preservação dos nossos mananciais.

Tenho participado, sempre que posso, das reuniões dos Comitês de Bacias. E gostaria de cumprimentar, porque esse modelo de gestão é perfeito, pois é tripartite. Todas as Bacias fizeram o seu plano de investimentos.

Tomamos conhecimento recentemente que o Brasil ainda é hoje um dos países com maiores problemas de saneamento básico. Isso tem a ver com saúde e meio ambiente.

Precisamos aprovar essa lei. Porque ela penaliza muito pouco o setor produtivo, é quase que residual. Falo isso porque tenho uma empresa, uma tinturaria, que se utiliza da água e vai pagar por isso. Mas sou favorável e sempre defendi esse projeto, porque isso é importante para que possamos preservar um bem público, que é finito. Estamos vendo o que já está acontecendo em São Paulo.

Existe uma corrente que defende que 50% dos recursos sejam administrados pelo Fehidro, pelo Governo, e não 100% para as bacias. É isso que criou um entrave para que ele

fosse aprovado. Defendemos que fique de 10 a 15% para o Fehidro, porque é necessário ter um recurso para desenvolver a política macro, mas defendemos que os recursos fiquem nas Bacias. Até porque é na bacia que se arrecada e é ali que tem de ser investido. Espero que caminhemos para um acordo e que possamos votar o projeto ainda este ano. Estou trabalhando muito para isso. Era isto que queria transmitir a vocês.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Vamos dar a palavra ao Sr. Eliseu Visconti.

O SR. ELISEU VISCONTI – Bom-dia. Sou Eliseu Visconti, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Assunto Social – IDEAS –, uma organização não-governamental que atua na região de Presidente Prudente.

Sr. Deputado, em primeiro lugar, meus cumprimentos por ter chegado mais uma vez aqui. Isso é sinal de que a política está chegando a essa região erma, afastada.

Gostaria de fazer uma pequena sugestão. Não é bem uma pergunta. Somos a 10ª região administrativa de São Paulo, da qual somos sede, abrigamos cerca de 780 mil habitantes, dos quais 555 mil são eleitores, de acordo com dados do SEADE, e temos realmente tido uma grande dificuldade em obter a atenção governamental. Hoje estamos tendo. Não temos também representação política, como já foi dito aqui. Acontece que os 53 municípios sofrem demais, pois querem ter sua voz ouvida, e não conseguem. Existe atualmente uma tendência mundial na formação de blocos. Temos os blocos da futura ALCA, o Nafta, a União Européia, que hoje é mais forte do que os Estados Unidos, em termos de rendimentos, etc.. São blocos que congregam interesses de países que têm semelhanças geopolíticas.

Minha pergunta é por que não congregam os interesses dos 53 municípios da 10ª região administrativa e tentar formar alguma coisa parecida, com um grande grupo executivo, formado pelos 53 prefeitos da região, na esfera consultiva e deliberativa, apoiado por uma Secretaria Executiva, que pudesse traçar um plano, um planejamento regional, que realmente funcionasse e não houvesse divergências e diferenças de pontos de vista? Todos os prefeitos se sentariam e tentariam solucionar os problemas. Mas, por um

lado, Nicolau Maquiavel disse que não conhece nenhum profeta que tenha vencido desarmado. Seria necessário que esse grupo tivesse

força suficiente, que tivesse talvez em mãos inventivos a conceber, ou recursos financeiros a distribuir, de tal modo que pudesse traçar uma política que fosse respeitada e aceita. Estaríamos formando o bloco da 10ª região. Esta a sugestão que gostaria de dar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB - Muito obrigado Dr. Visconti. Alguém mais gostaria de se manifestar?

O SR. LEONILDO MOREIRA – Meu nome é Leonildo Moreira, sou Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente. Quando falamos em desenvolvimento na nossa região, não podemos nos esquecer do setor agropecuário. É sabido pelo senhor que para ter desenvolvimento é necessário ter assistência técnica. Os produtores rurais têm acesso à assistência técnica nas casas de agricultura. Os nossos técnicos estão há anos sem aumento e desestimulados. Temos um repasse do Estado para a Secretaria da Agricultura, de 0,19%. Sem recurso é difícil ter aumento. Então, pedimos que olhem para o setor da agropecuária, pois sem recursos nunca teremos desenvolvimento. Acredito que seja interessante conscientizar os governantes municipais, pois temos municípios que repassam zero por cento. Sem recurso é difícil ter desenvolvimento no nosso setor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB - – Muito obrigado. Vamos ter mais uma manifestação, e, em seguida, começaremos a responder as perguntas que foram encaminhadas à Mesa. Vamos abrir uma exceção à representante feminina.

A SRA. ISABEL FLORINDO – Meu nome é Isabel Florindo, moro no bairro da Cohab, em Presidente Prudente. Gostaria de falar a respeito dos presídios que vêm para Presidente Prudente. Não sou a favor nem contra, mas vou dar meu parecer. Acho que esses presidiários são como um câncer na saúde. Eles chegam na cidade e logo vêm os invasores, que são os traficantes, alugam casas nos bairros e ficam aliciando os jovens. Sei porque já

vivi essa situação perto de casa. O número de assassinatos na nossa cidade era menor. Recentemente houve um assalto no banco do bairro onde moro e outro no mercado. Estamos tendo muitos assaltos e assassinatos de jovens e adolescentes. Assim, gostaria de saber por que esses presídios não podem ser instalados em outros lugares, onde a família desses traficantes não tenham tanto acesso. Estamos facilitando porque aqui existem pensões, parentes, etc., e eles vêm para cá. Não tínhamos isso em Presidente Prudente. E esse transporte deles, essas caravanas, aviões, policiais, etc., não significa despesa para nós? Isso não poderia ser investido nos jovens, adolescentes e crianças, a título de prevenção?

Agradeço pela oportunidade de ter falado sobre o assunto.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Muito obrigado. Vamos ouvir o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Diretor da Federação do Comércio, Sr. Vitalino.

O SR. VITALINO – Gostaria de agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo. Inclusive ele falou uma grande verdade no seu pronunciamento.

Falou-se a respeito de tudo aqui, mas não se falou em comércio. E eu, como Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e Diretor da Federação do Comércio, quero dizer que trabalhamos intensamente pelo comércio. Hoje, vemos em Presidente Prudente e região muitas portas fechadas, em função da alta carga tributária, o que deixa os comerciantes numa situação muito difícil. Isso vem acontecendo não somente na região de Presidente Prudente, mas em todo o Estado de São Paulo. Como o presidente disse, hoje é difícil até de fechar uma empresa, porque quando abre uma empresa, investe-se tudo o que se tem nela e depois não se consegue pagar as dívidas para poder fechá-la.

O nosso Sindicato representa 22 municípios da região de Presidente Prudente. Portanto, temos a obrigação de defender os interesses do comércio da nossa região. E é o que estamos fazendo.

Assim, gostaria que o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, levasse esses problemas para serem discutidos naquela Casa. Os microempresários conquistaram uma grande vitória, pois podem vender até 150 mil isentos de quaisquer ônus. Isso favoreceu muito as pequenas empresas, justamente porque, graças a um trabalho do nosso Governador Geraldo Alckmin, que nos deu essa oportunidade. Hoje, a Federação do Comércio – e a Federação das Associações Comerciais também – vem trabalhando em cima desse projeto e vêm melhorando o problema do microempresário. Mas assim mesmo, Sr. Presidente, a situação do comerciante hoje é muito difícil. Você tem uma linha de crédito e essa linha de crédito dificilmente você consegue chegar, justamente porque o seu capital de giro não alcança a possibilidade. Então, existe esse problema que poderia ser discutido, inclusive neste fórum...

* * *

O SR. VITALINO – ...montando as suas indústrias, o seu comércio, inclusive, fora do nordeste. Isso temos visto principalmente em indústrias, justamente porque não existe um apoio do Governo para incentivar essas empresas. Então, precisamos rever isso aí também.

Conversei com o Governador quando ele veio aqui na outra vez. Ele formou uma associação de empresários, que nem sei se está funcionando porque nunca ouvi mais falar nisso. Recebi uma carta; essa associação é bastante importante porque vai se discutir esse problema. Isso é o que queria levar ao conhecimento de vocês porque é de interesse e acho que um comércio forte é o mais importante numa região.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – O Prefeito de Presidente Venceslau, Sr. Osvaldo Melo, quer se manifestar.

O SR. OSVALDO MELO – Bom-dia, Presidente Sidney Beraldo, amigos do Governo do Estado presentes, professores, técnicos, pessoas interessadas na discussão do

Pontal, louvamos a iniciativa brilhante do Governo de São Paulo. A Assembléia Legislativa está presente na região discutindo assuntos extremamente importantes.

Devemos e estamos saindo daquela fase em que vivíamos aqui de lamentações, lamentações e lamentações. As informações foram colocadas aqui pela Assembléia, juntamente com seus parceiros, CEPAM, e são extremamente importantes para que os prefeitos, administradores, vereadores, pessoas que têm responsabilidade na direção da economia regional, tenham noção exata daquilo que podemos fazer como líderes de informação, para que seja uma ferramenta de transformação da nossa região do Pontal do Paranapanema. Nesse aspecto é muito brilhante mais uma vez a visita do Presidente Sidney Beraldo aqui.

Uma coisa que comentei separadamente com o presidente é que estivemos na Assembléia Legislativa ontem e anteontem numa audiência pública sobre a questão da regularização fundiária do Pontal do Paranapanema das áreas devolutas do Pontal. É um problema que todo mundo conhece. Nós daqui da região somos conhecedores desse grande drama que foi a invasão das áreas de reserva do Estado de São Paulo, onde o estado, em dado momento, foi omissivo, leniente, permitindo que uma das mais ricas manifestações da flora, da fauna, fosse destruída de forma cruel.

Agora temos um projeto na Assembléia Legislativa. Não vamos entrar no mérito da bondade ou da maldade do projeto, mas é alguma coisa que está sendo feita, e nada tinha sido feito até então. O projeto tem méritos, mas estava discutindo com o Deputado Sidney Beraldo que precisamos também verificar o que aconteceu, e qual a forma de compensação que está sendo usada para a recuperação de alguns valores para ser aplicada nos municípios que têm assentamentos. Aqueles 10 ou 15%, de 15 até 500 hectares, que sejam repartidos com o ITESP e com as prefeituras que têm assentamentos e que nós também pensássemos alguma forma, Presidente, para que aquilo que os nossos antepassados cometeram de crime em relação à natureza fosse de alguma forma compensado. Acho que alguma coisa desses recursos tem que ficar vinculada – que o Governador disse em Mirante do Paranapanema, sábado agora, que o orçamento é de aproximadamente 22 milhões de reais – para a recuperação ambiental da nossa região.

Acho que só dar o dinheiro para o prefeito é muito bom, porque sou prefeito, mas seria bom que a nossa UBRE-22, a nossa bacia, também tivesse alguma responsabilidade

na fiscalização, na aplicação desses recursos, que eles se voltassem à fauna, a flora já foi destruída, a madeira foi vendida, as terras foram usadas, os solos foram sugados, as terras foram compradas em outras regiões do Estado de São Paulo, do Brasil, e o que vamos fazer para recuperar os crimes ambientais que nós e os nossos antepassados cometemos?

Fica a sugestão aqui, Deputado, e se for possível, na discussão dos 500 hectares que se faça alguma coisa para vincular a alguma coisa de recuperação ambiental, ou também naquela discussão posterior dos 500 hectares, que se faça alguma coisa para que recomponhamos e minimizemos o dano ambiental grave que cometemos nessa região tão rica do Pontal do Paranapanema.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCHILD –

Vamos passar agora à fase das respostas formuladas pela platéia.

Gostaríamos de convidar o Sr. Mauro Bragato e o Secretário-adjunto Senise para recomponem a Mesa para que as perguntas fossem respondidas.

Por favor! Estão presentes o Sr. Silvio Torres e o Prefeito Pinheiro, Presidente da Unipontal.

O Sr. Antônio Carlos Oliveira comanda agora.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Temos aqui um número de perguntas muito grande. Vou tentar resumir algumas e já vou dizer a vocês que fatalmente vai ser difícil respondermos a todas as perguntas.

Vou tentar ser democrático e responder as que chegaram primeiro. Tem aqui uma pergunta para o Deputado Sidney Beraldo onde o Sr. Antônio Marcos pergunta se a introdução do fórum é para fazer um entendimento político entre as diferentes forças políticas da região para promover o desenvolvimento social. Já vou emendar com a pergunta do Ivan Sobral, porque ele faz algumas considerações sobre as regiões metropolitanas e em seguida diz que nas regiões metropolitanas provocam uma série de problemas, coisas que não têm aqui, e sugere que a Assembléia Legislativa incentive a descentralização de indústrias com incentivo nos tributos para a melhoria do emprego e

aumento da renda “per capita”, contribuindo para o crescimento regional, região que tem uma vasta área sem os problemas naturais das regiões metropolitanas.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Respondendo rapidamente, a primeira pergunta acho que é exatamente isso. O objetivo da Assembléia, quando cria o fórum, é para, em primeiro lugar, trazer a questão do desenvolvimento econômico para a pauta. Discutimos muito a questão social, Educação, Saúde, segurança, e isso é importante mas acreditamos que, na medida em que consigamos produzir mais riqueza e distribuí-la, vamos ter mais pão para distribuir porque diz o ditado que na casa onde falta pão todo mundo briga e ninguém tem razão.

Precisamos produzir riqueza, agregar valor nos produtos, gerar renda, emprego, receita, porque aí vamos ter mais recursos para administrarmos e desenvolvermos políticas públicas. E a Assembléia, como já disse, tem essa legitimidade, porque lá se reúnem todos os partidos, temos representantes de todas as regiões, é um lugar mais democrático, mais legítimo. Onde se construir consenso das sugestões que forem colocadas aqui, sai com uma força muito grande porque existe consenso entre todas as correntes políticas. Acho que esse é um exemplo que deve ser seguido. Mais uma vez insisto: é importante que a região tenha uma entidade que discuta desenvolvimento econômico regional. Temos aí a questão do couro, que foi colocada, a questão da cerâmica, mas para sentar todo mundo à mesa - como foi dito aqui, a dificuldade que se tem de colocar à mesa desde o produtor do couro até o consumidor - é difícil porque existem interesses conflitantes.

Mas é isso mesmo que tem que se fazer. Temos que dialogar, conversar, cada parte ceder um pouco para que possamos tirar e todos poderem puxar a corda para um lado só. A agência regional teria um pouco esse papel de harmonizar as decisões e tirar prioridades que sejam interesse comum, que não sejam coisas pontuais. Por isso insisto na importância da criação de um órgão regional. Sei que tem um fórum aí. Precisaríamos ampliá-lo, dar legitimidade maior regional para que possamos, inclusive, colocar essa entidade – o Bragato e o Pinheiro, que são aqui da região – no nosso conselho e aí ter uma interface direta e permanente com o nosso Fórum.

A forma que vejo de descentralizar o desenvolvimento não passa por incentivos. Nessa coisa de incentivos, de colocar dinheiro público, não temos riqueza para isso.

Precisamos parar com isso de ficar dando incentivo para isso, para aquilo. O setor produtivo tem que ser auto-suficiente, tem que ter tecnologia, ter capacidade gerencial, produzir e não ficar vivendo às custas do estado. O estado não deve fazer isso. Não defendo a questão de incentivos. O estado tem que fazer o quê? Contribuir e investir, que a UNESP amplie a sua rede de cursos, que possa ter capacitação técnica através de uma qualidade de ensino público decente, infraestrutura, estradas, ferrovias, porque a região que tem uma boa infraestrutura tecnológica, de estradas, de ferrovias vai atrair desenvolvimento. Acredito nisso e é com essas premissas que trabalhamos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Uma pergunta que o Bragato poderia responder da D. Laurinda Evaristo, da OAB. Ela diz o seguinte: considerando o objetivo do fórum e o projeto de lei da regularização das terras no Pontal num completo estágio de degradação, onde ela aborda a degradação do solo, do uso inadequado do uso do solo na agro-pecuária, se não seria viável vincular parte da compensação entre fazendeiros e estado em programas de recuperação ambiental?

E o José César coloca aí o problema dos dois grandes rios que se encontram em estado de assoreamento, se há algum caminho para se liberar recursos para a região em razão disso?

São duas coisas basicamente vinculadas, que é o assoreamento dos rios na região, e todo o prejuízo que traz, e o uso inadequado da terra.

O SR. MAURO BRAGATO – Acho que o Oswaldo, nosso prefeito, já deu a pista. Essa discussão ainda não tinha sido levantada. Está aparecendo agora. Acredito que devemos, depois da aprovação da Assembléia, nos articular nessa direção. O prefeito colocou bem a questão e a resposta, assim, já está dada.

Quanto à questão do assoreamento, é o trabalho que o Presidente já sinalizou, quer dizer, o dinheiro público pode ser investido no nosso meio ambiente. Com os comitês de bacia poderemos fazer um trabalho mais dirigido até porque a consciência nos permite clarear bem essa situação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Tenho aqui duas perguntas que o Secretário Carlos Henrique poderia tecer alguma consideração a respeito. O Sr. Walter Marelli e Carlos Toshuke. O Sr. Carlos diz que com a implantação da Aldeia de Rosana se pôde desenvolver o turismo na região e o Walter diz que a Rosana é de todo o motivo do Pontal e que tem uma grande vocação para o desenvolvimento turístico ou de agropecuária. Porém devido à localização geográfica o tal fato não tem sido dado importância em inserir dois grandes rios. Ele pergunta o que pode ser feito em relação a isso.

O Secretário não está?

Vou passar, então, a palavra ao Bragato.

O SR. MAURO BRAGATO – Acredito no seguinte: acho que Rosana, como Presidente Epitácio, e como as cidades que margeiam os lagos, têm como grande aspiração o investimento no turismo. Acredito que só temos aqui uma estância turística. E há duas cidades na nossa região que pleiteiam o status de estância que é Rosana, que tem um projeto dormindo na Assembléia Legislativa já faz algum tempo, até um projeto meu, e tem também um projeto dormindo, de Panorama, na Assembléia Legislativa.

Sei que o conceito de estância ultimamente na Asembléia foi bastante mudado. Há 80 projetos, segundo o Presidente. Aprovou-se na Asembléia Projeto de lei denominando estância turística para cidades que não têm condição de assumir essa tarefa. Então, acredito que quem esteve no Fórum – o Goto esteve no Fórum – constatou que o Lars Grael sinalizou um trabalho da Secretaria do Turismo em relação aos lagos que temos aqui no Paraná e no Paranapanema.

Acredito que nesse aspecto precisamos articular as cidades que margeiam os lagos e reforçar o aspecto turístico. Até porque os resultados de Presidente Epitácio são bastante visíveis.

Então, acredito que o nosso Presidente vai nos ajudar muito nessa questão, porque infelizmente isso ainda está patinando aqui, em que pese a fala do Lars Grael, que já esteve inclusive em Presidente Epitácio; não sei se esteve em Rosana. Não esteve?

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Só para completar, rapidamente, com relação a esse assunto. Temos um projeto na Casa que regulamenta

melhor esse conceito de estância, porque houve uma avalanche. Mais de 80 cidades têm projetos tramitando e não tem condições. Vamos transformar todas as cidades em estâncias? Precisa ter critério e estabelecer parâmetros exatamente àquelas cidades que possam ter esse recurso adicional, que é o recurso do DADE.

Então, ainda tem um projeto tramitando para regularizar isso.

Há outra coisa, o Governador encaminhou para a Assembléia, pediu para que aprovássemos um projeto que cria uma agência de fomento para o turismo.

Isso é importante porque vai ser rediscutido e inclusive os recursos do DADE serão também regulamentados. Porque chegamos à conclusão hoje, Bragato, que muito desses recursos do DADE vão para pintar calçada, colocar plaquinha e não cria nenhum fomento realmente de indução e infraestrutura para o turismo. É preciso que criemos mecanismos mais sérios na aplicação desses recursos do DADE e também na contemplação daquilo que deve ser estância ou não.

Esses dois projetos estão sendo analisados. Vamos dar uma regulamentada muito boa, inclusive na aplicação dos recursos do DADE, que hoje são significativos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – OK. Temos aqui uma pergunta do Moreira. Ele diz: “Srs. Deputados, para ter desenvolvimento tem que se desenvolver o ser humano. Tem algum programa de desenvolvimento, principalmente para os produtores rurais valorizando a classe?”

Deputado Silvio Torres, V. Exa. quer responder ou fazer algum comentário desse assunto, ou não?

O SR. SILVIO TORRES – Boa-tarde a todos.

Acho que a preocupação com o desenvolvimento do ser humano, com o cidadão, com o contribuinte, tem que ser a direção correta de qualquer investimento, a direção correta de qualquer política pública, e não temos nenhuma dúvida em afirmar que a agricultura deste Estado e de nosso País tem sido a principal sustentação da economia do Brasil e, acima de tudo, o resultado de um sacrifício, de uma dedicação, de uma determinação muito grande que os agricultores têm feito para serem, como são hoje, um dos esteios da economia.

O agronegócio no País representa hoje mais de 40% do seu PIB, representa milhões de empregos, representa na exportação os principais produtos que fazem gerar esse superávit inédito que o País tem encontrado; a produção brasileira de grãos atingiu 120 milhões de toneladas, coisa que nunca se imaginava acontecer tão rapidamente.

Enfim, acho que quando alguém se propõe a governar um país, um estado ou um município, certamente tem que fazer a sua política direcionada, para que o cidadão, em qualquer situação que estiver seja o principal objetivo do seu trabalho.

Aproveito até para dizer que o Governador Geraldo Alckmin tem consciência disso e continuamente demarcado a sua ação pelo princípio de cuidar de gente.

É lógico que não passamos por um momento nada fácil no País; estamos todos vendo que há algum tempo está instalada uma crise de difícil solução. Vamos levar ainda um bom período para podermos enxergar um futuro mais animador. E neste momento todos estão dando sua parcela de contribuição.

Tenho a certeza que a contribuição que a agricultura brasileira tem dado tem sido fundamental para que esse sacrifício seja menor do que poderia ser, se não houvesse o desempenho e a dedicação dos produtores rurais.

A par daquilo que vem acontecendo na região na região já foi levantado, que é a dificuldade da questão fundiária, que por muito tempo foi um entrave no desenvolvimento desta região. Acredito que o projeto que está na Assembléia vai destravar essas dificuldades e essa região vai caminhar, sem dúvida alguma, para um futuro que ela merece pelo potencial que tem.

Aproveito esta oportunidade da resposta para deixar aqui o meu abraço a todos e minha crença de que o Presidente Sidney Beraldo com este Fórum contribua para que a região de Presidente Prudente possa fazer o que tem na cabeça de todos. Tenho visitado esta região muitas vezes e sei que todos acreditam nela; todos sabem que ela pode voltar a ser o que foi um dia, mas com uma política planejada, com um desenvolvimento sustentado e não apenas com alguns picos de progresso.

Finalmente, quero também aproveitar para dizer que o CEPAM participa com muita satisfação dessa parceria com Assembléia Legislativa, porque tem a convicção de que quando se parte para um trabalho na direção de um desenvolvimento sustentado, ele só

pode se completar se ele for, em primeiro lugar, regionalizado, e em segundo lugar, participativo.

É isso que a Assembléia tem procurado fazer, e tenho a certeza que vai dar bastante resultado. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

Só para responder rapidamente; não é uma pergunta, mas é a Profa. Arlete Meneguete, da UNESP, pedindo mais volumes dos livros para a biblioteca. Vamos encaminhar os volumes do IPRS à UNESP.

O Deputado Sidney Beraldo está lembrando de uma coisa interessante, professora. Temos o CD e isso está disponível na Internet. Se a senhora fizer questão dos volumes em papel, mandaremos sem problema nenhum. Mas a informação já está disponível; vamos aproveitar e mandar alguns volumes em CD, que provavelmente será mais fácil para a senhora guardar.

A Sra. Maria Aparecida Rodrigues diz que quanto ao gráfico 4, da dimensão da escolaridade na apresentação da Unicamp Presidente Prudente aparece em terceiro lugar e na apresentação do professor em segundo lugar.

Já tínhamos passado isso ao Prof. Zimmermann; ele vai tirar essa dúvida e rapidamente dar uma explicação do porquê disso.

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – Na realidade, no gráfico que dá a dimensão da escolaridade nas regiões administrativas do Estado de São Paulo, a região de Presidente Prudente aparece em terceiro lugar, depois da região de Araçatuba. Aconteceu que dois técnicos diferentes que trabalharam com a mesma tabela. O dado de escolaridade é o mesmo para Prudente e para Araçatuba. O critério do técnico do SEADE foi o de colocar na ordem alfabética, e nós nem nos preocupamos com isso. Tanto que o texto, na página 18, primeira coluna, último parágrafo diz: “Também neste caso a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto, sobre a escolaridade”; ocupava o segundo posto, seguidas por Araçatuba e Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações, as mesmas que ocupavam em 97 são: em ordem decrescente. Quer dizer, na escrita do Sinésio, que é um

técnico do SEADE, ele não colocou que a ordem é decrescente entre Araçatuba e Presidente Prudente.

Então, não há erro em nenhuma das duas; o nível de escolaridade é o mesmo da região de Araçatuba e Presidente Prudente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Muito obrigado.

Temos aqui algumas perguntas, mas muito mais manifestações contrárias à instalação do presídio na região. A pergunta é: “O que fazer para evitar a instalação de mais presídios, e sim geração de empregos, principalmente da indústria.” Basicamente é isso.

Há uma outra pergunta do Carlos Aparecido que diz: “Se não poderia a Assembléia Legislativa conceder algum bônus pelo ônus da questão da vinda dos presídios para a região.”

Deputado Sidney Beraldo, responde?

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Essa questão dos presídios precisa de uma questão mais ampla, como a própria senhora mencionou aqui, como o problema social da prevenção. Fico realmente muito angustiado quando vejo que o orçamento da administração penitenciária do Estado cresce mais do que os orçamentos da Ciência e Tecnologia e Saúde. Mas infelizmente é a realidade em que vivemos. Como sair dela?

Só para conhecimento, quando o Governador Mário Covas assumiu o governo tínhamos 53 mil presos no Estado; vinte e poucos mil estavam nas cadeias e o restante nos presídios. Então, foi feito um amplo debate, as cadeias estavam muito lotadas, todas as cadeias de São Paulo, inclusive os DPs estavam lotados; onde cabiam 30 havia 100.

Houve uma negociação muito grande do governador com o próprio governo federal. Foi feito um amplo trabalho no sentido de construirmos presídios, como os presídios de segurança máxima, para que pudéssemos aliviar os presos que estavam nas cadeias.

Então, ao longo desses anos todos foram construídos diversos presídios em todas as regiões, inclusive na minha região, para poder aliviar a pressão das cadeias.

Aconteceu que hoje temos 122 mil presos. O que demoramos cem anos para chegar nos 54 mil, hoje temos mais que o dobro. Em oito anos houve mais do que o dobro da população carcerária. Porque os índices de violência aumentaram, houve a eficiência inclusive da Polícia; temos que ressaltar isso. A Polícia está prendendo mais, o Poder Judiciário está dando mais sentenças; além disso, temos quase 80 mil sentenciados que não foram presos. Então, imaginem o grau de dificuldade que se tem.

Como resolver isso? É o caso do ovo e da galinha; de quem nasceu primeiro. Precisamos realmente fazer um trabalho de prevenção para evitar isso. Mas acredito que desenvolvimento econômico, geração de emprego e geração de renda ajudam a eliminar isso. Se essa juventude tiver mais oportunidade para trabalhar, para ter renda, vai consumir menos droga e realmente terá menos problema com a Justiça.

Essa é uma forma de se prevenir; trabalhar pelo desenvolvimento. Acho que realmente precisamos analisar a questão dos presídios aqui. Como funciona isso?

Há necessidade de ampliar, porque hoje as cadeias continuam cheias e há muitos sentenciados; não há vagas, então, precisa se construir mais. Os prefeitos se manifestam favoráveis, cedem o terreno e o governador então faz a parceria com o prefeito. Precisamos analisar isso, fazer uma discussão regional, tomar uma posição com relação a isso. O que podemos fazer é acatar a decisão que a região tomou. Existe hoje interesse de prefeitos em trazer presídios para cá. Pelo menos é o que me disse o Nagashi. Em algum lugar ele vai ter que ser construído. Infelizmente não dá para fazer em outro estado; tem que ser no Estado de São Paulo. Até que gostaríamos, porque São Paulo tem a metade da população carcerária do País. Temos 250 mil presos no País, sendo que 50% estão em São Paulo. Significa que muitos estados não estão construindo presídios, estão deixando os seus presos soltos por aí; muitos deles vêm roubar em São Paulo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Vou passar mais duas perguntas; não dá tempo para responder a todas as perguntas que estão aqui. Como dissemos, vamos responder isso por “e-mail” ou por carta, e será encaminhada dentro da Assembléia às Comissões Temáticas e encaminhadas essas respostas.

Claudemir Chaim pergunta se a maioria dos produtores rurais da nossa região, médios e pequenos produtores, estão sendo estudados para desenvolver esses modelos regionais. Alguns prefeitos não acreditam no potencial da agricultura familiar.

Há outra pergunta aqui: a maioria dos produtores rurais da região são médios e pequenos, ou existe algum programa voltado para isso? No âmbito regional, alguns prefeitos não acreditam no potencial da agricultura familiar?

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Na verdade, acho que todos os prefeitos acreditam na agricultura familiar, já que na nossa região a maioria dos municípios é pequena e os prefeitos...

-

* * *